



Convergências entre Posicionamentos de Coalizões Multissetoriais para COP26



Sumário

Sumário Executivo

02

Sobre o Fórum Amazônia Sustentável

03

Mapeamento de iniciativas, intervenções e compromissos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia em 2020

04

Processo de construção para COP26

09

Mapeamento de convergências entre posicionamentos de coalizões multissetoriais para COP26

12

Posicionamento do Fórum Amazônia Sustentável em suas três frentes de atuação

16

O que o mundo precisa escutar dos Povos e Comunidades Amazônicas participantes do Fórum Amazônia Sustentável na COP26

21

Considerações Finais

23

Expediente

24

Anexo I: Documentos usados para os mapeamentos em 2020 e 2021

25

Sumário Executivo

A Amazônia ganhou relevância na sociedade brasileira e global com o aumento da consciência do papel da região amazônica na regulação do clima, provisão de serviços ambientais e preservação da biodiversidade, os impactos dos retrocessos das políticas e programas do governo atual, e a diminuição de recursos internacionais e nacionais para a Amazônia. Conseqüentemente teve um aumento das queimadas e desmatamento na região, aumento da violência e criminalidade, e a invasão ilegal de terras, roubo de madeira e minérios, grilagem e loteamentos.

Nesse ambiente de retrocesso, violência, polarização, conflitos e ataques à democracia, o Fórum Amazônia Sustentável tem uma missão e vocação para promover diálogos produtivos e com o potencial de reduzir as diferenças e atuar de forma propositiva para incentivar a manutenção da floresta em pé, a proteção e garantia dos direitos dos povos e comunidades Amazônicas, indígenas e tradicionais, e a eliminação efetiva do desmatamento na região, principal contribuição que o Brasil pode oferecer, no âmbito global, para reduzir os impactos da mudança do clima.

O Fórum teve sua atuação inicialmente entre o período de 2007 a 2013 e foi reativado em 2019, durante a Conferência Ethos em Belém, Pará. Promoveu oito encontros virtuais multissetoriais ao longo de 2020 e 2021, reuniões com povos e comunidades Amazônicas, indígenas e tradicionais e articulou grupos temáticos para acelerar a transformação para uma Amazônia justa e sustentável. Ao longo desses dois anos, mapeou iniciativas, compromissos, posicionamentos e recomendações de movimentos, organizações e coalizões multissetoriais para a transição para uma Amazônia justa e sustentável e para a COP26. As convergências entre eles, e os posicionamentos dos membros do Fórum Amazônia Sustentável e dos povos e comunidades Amazônicas participantes do Fórum são apresentados neste documento, que teve seu lançamento no Brazil Climate Action Hub, no dia 11 de novembro, no evento *Organização em rede para a Ação Climática*. O evento teve como objetivo introduzir movimentos baseados em diálogos multissetoriais que constroem agendas comuns entre os diversos atores que compõem a sociedade brasileira.

Sobre o Fórum Amazônia Sustentável

O Fórum Amazônia Sustentável consiste em uma iniciativa multissetorial, composta por entidades que têm como missão a mobilização de lideranças da sociedade, promovendo o diálogo e a cooperação para construir e articular ações, visando uma Amazônia justa e sustentável. Hoje o Fórum é coordenado por nove organizações que formam o Comitê Organizador: Instituto Ethos, Instituto Socioambiental, Projeto Saúde e Alegria, Natura, Fundação Konrad Adenauer, Conselho Nacional dos Seringueiros / Populações Extrativistas, Grupo de Trabalho Amazônico, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Reos Partners. O Fórum teve sua atuação inicialmente entre o período de 2007 a 2013 e foi reativado em 2019, durante a Conferência Ethos em Belém, Pará. Foi planejado um encontro presencial em março de 2020, mas devido à pandemia, foi rapidamente transformado numa série de encontros virtuais. Os três objetivos principais do Fórum são:

Ser uma plataforma de diálogo e colaboração intersetorial e multissetorial para conectar, catalisar e propagar iniciativas, soluções e propostas para uma Amazônia sustentável

Criar uma agenda comum para a Amazônia

Incidir em políticas públicas e promover o debate público de alto nível para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Mapeamento de iniciativas, intervenções e compromissos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia em 2020

Ao longo de 2020, o Fórum promoveu cinco encontros virtuais com os objetivos de mapear e convidar as principais iniciativas e lideranças na região; identificar os temas e necessidades diante da urgência colocada pela pandemia e pela piora nas queimadas e desmatamento; promover sinergias e aproximação entre as iniciativas e compromissos recentes, publicados em resposta aos retrocessos na proteção das comunidades locais e na fiscalização de atividades ilegais ocorrendo na região e para acelerar a transformação para uma Amazônia sustentável; e fortalecer relacionamentos e potencializar colaborações entre os participantes do Fórum.

Em 2020, muitos foram os movimentos e iniciativas lançados visando uma atuação mais sustentável na Amazônia. São iniciativas complementares, com demandas comuns, como por exemplo, o combate ao desmatamento, mas também com suas particularidades. O Fórum mapeou várias delas e seus respectivos princípios, compromissos e ações.

Neste mapeamento foram consideradas as “Cinco medidas emergenciais para combater a crise do desmatamento na Amazônia” desenvolvida pela APIB e mais 60 organizações; os “Dez princípios empresariais para uma Amazônia sustentável”, da Amazônia Possível: formada pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, CBEDS, Instituto Arapyaú, Instituto Ethos, Pacto Global, e Sistema B; o Comunicado do setor empresarial brasileiro desenvolvido pelo CBEDS, Pacto Global e mais 70 empresas; as “Seis medidas para a queda rápida do desmatamento” pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; as “Dez medidas prioritárias voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia” elaborado por três bancos: Santander, Itaú Unibanco, Bradesco; a “Carta dos empresários aos Governadores da Amazônia Legal” pela Marfrig, Vale, Agropalma, Natura, Alcoa, Hydro, ABAG e outras empresas, a “Carta de compromisso dos Governadores pelo Clima” produzido pelos Governadores dos estados de Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo; e a “Carta dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente Pelo Clima” pela ABEMA.

Os encontros do Fórum em 2020 contaram com a participação de diversas organizações de diferentes setores e com apresentações e reflexões de lideranças importantes atuando hoje na Amazônia, algumas sendo das organizações autoras das iniciativas e documentos lançados.

Iniciativas, intervenções e compromissos públicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

5 Medidas Emergenciais - desmatamento

10 Princípios Empresariais (Amazônia Possível)

Comunicado do Setor Empresarial (CBEDS)

Bancos: Santander, Itaú, Bradesco

Carta dos empresários aos Governadores da Amazônia Legal

Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura: 6 medidas

Carta de Compromisso do Conselho de Governadores pelo Clima

Carta dos Estados Pelo Clima: 17 Compromissos (ABEMA)

Desmatamento

1. Moratória do desmatamento da Amazônia.
3. Retomada imediata do PPCDAm – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

1) Eliminar o desmatamento ilegal na sua cadeia produtiva e, promover modelos de negócio que valorizem a floresta em pé

Combate inflexível e abrangente ao desmatamento legal na Amazônia e demais biomas brasileiros;

1. Assar visando o desmatamento zero no setor de carnes, refino, sendo obrigatória interna, apoiando a rastreabilidade e articulando empresas e associações para a criação de um compromisso setorial.

Combate ao desmatamento ilegal

combate firme ao desmatamento e queimadas ilegais

Fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar o desmatamento legal zero e a compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação.

Estabelecer metas para o reflorestamento e restauração florestal e outras políticas de incentivos.

Regularização fundiária

4. Demarcação de terras indígenas, quilombolas e criação, regularização e proteção de Unidades de Conservação.

8. Articular e apoiar a implantação do sistema informatizado de registro de regularização fundiária;

Combate à grilagem

6. Suspensão de todos os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008.

Validação do CAR

2. Suspensão dos registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que incidem sobre florestas públicas e responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais.

Estrutura de proteção e fiscalização ambiental

2. Endurecimento das penas a crimes ambientais e desmatamento.
5. Reestruturação de Ibama, ICMBio e Funai.

5. Total transparência e eficiência às autorizações de supressão da vegetação.

3. Destinação de 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável.

1. Retomada e intensificação da fiscalização, com rápida e exemplar responsabilização pelos sítios ambientais identificados.

Empresas aderentes para a implantação do Código Florestal nos Estados e no Distrito Federal, dando efetividade aos mecanismos estabelecidos pelo CAR e pelo PRA, a fim de que as Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais cumpram sua função ambiental.

Promover o fortalecimento de ações de governança das Unidades de Conservação.

Cadeias de valor produtiva justas e sustentáveis

5) Assegurar os direitos trabalhistas em todas as etapas da sua cadeia.
4) Respeitar os direitos humanos em todas suas atividades

6) Garantir o comércio justo de produtos e serviços
10) Garantir a rastreabilidade da cadeia produtiva e assegurar a transparência

Ampliar o alcance de negócios que promovam a inclusão e orientação financeira na região;

Incentivo à agricultura de baixo carbono

Apoiar a elaboração do Plano Estadual de Agricultura da Serra Ermitão de Carbono (Piano ABC), apoiar a implantação dos sistemas de manejo sustentável de florestas nativas e promover a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta.

Novas economias da floresta (bioeconomia, economia verde e socio biodiversidade, floresta em pé)

8) Investir em pesquisa e desenvolvimento para uso sustentável dos recursos naturais, fomentar a bioeconomia da floresta em pé e adotar práticas sustentáveis na restauração, respeitando e valorizando o conhecimento de comunidades tradicionais e indígenas.

10. Atrair investimentos que promovam parcerias e o desenvolvimento de tecnologias que impulsionem a bioeconomia.

Valorização da biodiversidade

Inclusão social e econômica de comunidades locais

7) Fortalecer comunidades e fornecedores locais promovendo impacto social e econômico positivo na região.

- Inclusão social e econômica de comunidades locais para garantir a preservação das florestas;

Inclusão social

Infraestrutura e energia

- Adoção de mecanismos de negociação de créditos de carbono;

4. Viabilizar investimentos em infraestrutura básica para o desenvolvimento social, tais como: energia, internet, moradia, saneamento;

3. Estimular o desenvolvimento de infraestrutura de transporte (exemplo: hidrovias) com medidas ambientais, em troca de condições diferenciadas (exemplo: funding, exigências e parcerias);

eletrificação da mobilidade

promoção de energias limpas

redução da queima de combustíveis fósseis

aumento do uso de biocombustíveis

Instrumentos e incentivos financeiros para mitigação, adaptação e economia de baixo carbono

- Pacotes de incentivos para a recuperação econômica dos efeitos da pandemia de COVID-19 condicionada uma economia circular e de baixo carbono

- Direcionamento de financiamentos e investimentos para uma economia circular e de baixo carbono;

5. Fortalecer projetos que visem a conservação por meio de ações e instrumentos financeiros de baixo carbono, tais como: pagamento por serviços ambientais (PSA), crédito de carbono (CC), entre outros.

9. Articular a criação de um fundo para apoiar e fomentar projetos de desenvolvimento socioeconômico na região;

6. Incorporar na prestação dos serviços climáticos nas políticas de crédito e investimentos de longo prazo, além de dar prioridade em novos investimentos florestais e não florestais;

3. Estimular as manufaturas sustentáveis (exemplo: cachaça, etanol, açúcar, óleo de palma) por meio do Sistema de Financiamento Diferenciado, entre outras ferramentas florestais e não florestais;

Pacote de investimentos

4. Concessão de financiamentos sob critérios socioambientais.

Apoiar e implementar o mercado de carbono.

Impactos ambientais empresariais

2) Políticas corporativas que promovam mitigação e adaptação às mudanças climáticas em suas operações diretas e na sua cadeia.

3) Gestão empresarial que promovam uso sustentável dos recursos da natureza e preservação da biodiversidade.

- Valorização e preservação da biodiversidade como parte integral das estratégias empresariais;

- Minimização do impacto ambiental no uso dos recursos naturais, buscando eficiência e produtividade nas atividades econômicas das derivadas das atividades econômicas das derivadas;

Abordagem e governança multissetorial

9) Estabelecer diálogo multissetorial e fortalecer o desenvolvimento sustentável territorial.

Integração entre órgãos e ações

Melhorias na governança

Temas Comuns

A partir dos encontros, foram mapeados, para além das iniciativas, os principais temas que merecem prioridade de ação na Amazônia. Em muitos desses casos, os temas convergem entre as iniciativas. O objetivo comum a todas essas iniciativas é de recuperar a economia a partir de modelo circular, inclusivo e de baixo carbono, mantendo a floresta em pé, protegendo as comunidades locais e eliminando efetivamente o desmatamento na região. A partir desse objetivo comum, as diferentes iniciativas se complementam, fortalecendo as capacidades institucionais de cada uma. O mapeamento também possibilita identificar as principais lacunas de atuação e de que forma o Fórum Amazônia Sustentável e outras coalizões multissetoriais poderão atuar nesse sentido.

Convergências em torno de dez temas prioritários para a região:

1. Ações de combate ao desmatamento: todas as iniciativas existentes, sem exceção, são taxativas no sentido de que o desmatamento ilegal deve ser eliminado. Do ponto de vista dos setores empresarial e produtivo, as principais recomendações focam na valorização dos produtos da floresta em pé; na proposição de novos modelos de negócio e no monitoramento das cadeias de valor de produtos como carne e madeira. As principais políticas públicas incluem ações de combate firme ao desmatamento e queimadas ilegais; a compensação das emissões do desmatamento legal; a retomada imediata do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDam) e o estabelecimento de metas para reflorestamento e restauração florestais além de outras políticas de incentivo, como por exemplo, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

2. Regularização fundiária: a validação do CAR-Cadastro Ambiental Rural é uma ação prioritária para a regularização fundiária, assim como a implantação de sistema informatizado de registro de regularização. Recomenda-se a suspensão de todos os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008 e a suspensão dos registros do CAR que incidem sobre florestas públicas e responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais. De forma complementar, a demarcação de terras indígenas e quilombolas e a criação, regularização e proteção das Unidades de Conservação garante a preservação e proteção dessas terras.

3. Proteção e fiscalização ambiental: aqui as principais ações envolvem urgentemente reestruturar o Ibama, ICMBio e a FUNAI; empreender esforços para a implantação do Código Florestal nos Estados e no Distrito Federal, dando efetividade aos mecanismos estabelecidos pelo CAR e pelo PRA–Programa de Regularização Ambiental, a fim de que as Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais cumpram sua função ambiental. Além disso, é imprescindível retomar e intensificar a fiscalização com rápida responsabilização pelos crimes ambientais identificados. Em complemento a esse último ponto, promover o fortalecimento de ações de governança das Unidades de Conservação e endurecer as penas a crimes ambientais e de desmatamento. Dar total transparência e eficiência às autorizações de supressão da vegetação.

4. Cadeias de valor justas e sustentáveis: garantir princípios básicos para as cadeias, incluindo assegurar os direitos trabalhistas em todas as etapas da sua cadeia; respeitar os direitos humanos em todas as suas atividades; garantir o comércio justo de produtos e serviços e garantir a rastreabilidade da cadeia produtiva e assegurar a transparência. Importante garantir negócios que promovam a inclusão e orientação financeira na região e que incentivem a agricultura de baixo carbono. Para além disso, apoiar a elaboração de planos de agricultura de baixo carbono nos diversos âmbitos, incluindo sistemas de manejo sustentável de florestas nativas e promover a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas.

5. Novas economias da floresta: em alternativa às atividades que levam ao desmatamento, são indicadas a bioeconomia da floresta em pé e soluções baseadas na natureza como formas de valorização da biodiversidade. Para isso, é necessário investir em pesquisa e desenvolvimento para uso sustentável dos recursos naturais, incluindo essas alternativas, reconhecendo e valorizando o conhecimento de comunidades tradicionais e indígenas. Para tal, é necessário atrair investimentos que promovam parcerias e o desenvolvimento de tecnologias que impulsionam tais alternativas. Os biocombustíveis também consistem numa alternativa interessante para o uso mais sustentável das florestas.

6. Inclusão social e econômica de comunidades locais: aqui é muito importante fortalecer comunidades e fornecedores locais promovendo impacto social e econômico positivo na região, a fim de garantir a preservação das florestas. Destaque para o fortalecimento dos povos da floresta, quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais.

7. Infraestrutura e energia: a região também necessita de investimentos e oportunidades em infraestrutura e energia para a promoção da redução da queima de combustíveis fósseis. As alternativas aos fósseis aparecem principalmente nas oportunidades de eletrificação da mobilidade e promoção de fontes renováveis de energia. Para tal, é importante viabilizar investimentos em infraestrutura básica para o desenvolvimento social, tais como a garantia do fornecimento de energia, de internet, moradia e saneamento, entre outros. O setor de transportes poderia ser estimulado através de metas ambientais em troca de condições diferenciadas, (ex: funding, exigências e parceiros).

8. Instrumentos e incentivos financeiros: a retomada da economia e dos empregos em decorrência da COVID 19 deve considerar pacotes e incentivos condicionados a recomendações para uma descarbonização da economia e economia circular. Existem algumas estratégias para incentivar uma economia mais sustentável. Dentre elas, fomentar projetos que visem o desenvolvimento econômico e a conservação através de ativos e instrumentos financeiros de lastro verde, como por exemplo: pagamento por serviços ambientais (PSA), CBIOS (créditos de descarbonização) e créditos de carbono. Em complemento a isso, articular a criação de fundo para atores e lideranças locais que trabalhem em projetos de desenvolvimento socioeconômico na região e incorporar os impactos das mudanças climáticas nas políticas de créditos e investimentos de longo prazo, além de dar transparência nos reportes. Também, estimular monoculturas que incentivem a manutenção da floresta em pé, tais como cacau, açaí, castanha, óleo de palma, por meio de linhas de crédito diferenciadas. Por fim, a adoção de mecanismos de créditos de carbono e a precificação de carbono poderiam complementar as fontes de financiamento.

9. Impactos ambientais empresariais: o setor empresarial é crucial na transformação da região. Recomenda-se portanto que adotem políticas corporativas que promovam a mitigação e adaptação às mudanças climáticas em suas operações diretas e na sua cadeia. Mesmo as atividades que não se baseiam no uso e conservação da biodiversidade (ex: geração de energia elétrica), é importante que a liderança da empresa considere o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade como prioridade para a agenda de responsabilidade socioambiental. Imprescindível que as empresas busquem melhoria contínua nos seus processos, mais eficiência e produtividade nas suas atividades, o que vai minimizar seus impactos.

10. Abordagem e governança multissetorial: aqui a principal recomendação é de estabelecer uma parceria e formas de diálogo frequentes entre as comunidades locais e as empresas, governos e academia. Isso irá fortalecer o desenvolvimento sustentável territorial e possibilitar a promoção de sinergias, colaborações e parcerias. Importante identificar formas de integração e interação entre os órgãos e metodologias que possibilitem um trabalho maior em redes e com mais interconexão entre os atores envolvidos.

Processo de construção para COP26

No final de 2020, a partir do trabalho realizado ao longo do ano, foram identificadas três frentes prioritárias para a atuação do Fórum em 2021 e 2022:

I. Incidir em políticas públicas com pautas propositivas para o desenvolvimento da economia da floresta como o PL da Economia da Floresta e programa de compras públicas de produtos da floresta e apoiar ações de advocacy relacionadas aos temas prioritários para a região.

II. Atuar estrategicamente para fortalecer a economia da floresta contribuindo para o fortalecimento da sua sociobiodiversidade e das atividades produtivas das populações que mantêm a floresta em pé.

III. Contribuir para a formulação e mobilização em torno de um posicionamento comum para a COP 26 que apoia a implementação da NDC, a transição para uma economia de baixo carbono, e a manutenção da floresta em pé junto a governos e populações locais da Amazônia em parceria com atores estratégicos.

Para apoiar o trabalho do Fórum em 2021, foram criados três grupos temáticos para avançar a atuação das três frentes prioritárias e preparar os encontros multissetoriais relacionados ao tema. Os GTs são coordenados por organizações membros do Fórum e facilitados pela Reos Partners:

- **GT1: Políticas Públicas e Ações de Advocacy (coordenação: Instituto Socioambiental)**
- **GT2: Economia da Floresta e do Cerrado na Amazônia Legal (coordenação: Natura)**
- **GT3: COP26 e outros eventos estratégicos (coordenação: Instituto Ethos e KAS)**

Até o momento desta publicação, em novembro de 2021, foram realizados três encontros multissetoriais em torno das três frentes prioritárias, realizadas várias reuniões dos três GTs e realizados dois encontros com povos e comunidades Amazônidas para fortalecer suas posições, atividades e iniciativas, e também para preparar sua participação e contribuição nos encontros multissetoriais do Fórum.

O primeiro encontro multissetorial do Fórum em 2021 teve como foco uma ação coletiva urgente para advogar contra três Projetos de Lei que estavam tramitando no Congresso brasileiro, PL da grilagem de terras (PL510/21), da “mineração” que libera garimpo em terras indígenas (PL191/2020) e a Nova Lei Geral do Licenciamento (PL 3729/2004). Se os projetos forem aprovados, eles terão impactos devastadores para a floresta, para os povos que habitam nela e que a protegem, e para o clima global. Eles abrirão a possibilidade de mineração em terras indígenas, afrouxarão importantes exigências de licenciamento ambiental e iniciarão o processo de legalização da grilagem, invasão e ocupação de terras públicas desmatadas ilegal ou irregularmente.

O segundo encontro multissetorial do ano teve como foco temático a economia da floresta e do Cerrado na Amazônia Legal, uma economia que mantenha a floresta em pé e proteja as comunidades locais e elimine efetivamente o desmatamento na região. No encontro os participantes do Fórum construíram um conjunto de convergências, divergências e recomendações para caminhos, prioridades e insumos para narrativas sobre a economia da floresta a partir das perspectivas e casos de sucesso dos povos e comunidades locais sobre a economia da floresta, das contribuições do Grupo Temático 2 de Economia da Floresta do Fórum Amazônia Sustentável e os conceitos e reflexões sobre economia da floresta sob a perspectiva acadêmica.

O terceiro encontro multissetorial teve como objetivo principal a formalização e mobilização em torno de um posicionamento comum sobre a transição para uma economia de baixo carbono e a manutenção da floresta em pé, para a COP26. O GT3 liderou a preparação do 3º Encontro Multissetorial do Fórum e, ao longo de 4 reuniões do grupo - coordenado pelo Instituto Ethos e KAS, facilitado pela Reos Partners e com participação principalmente da TNC e Instituto Talanoa - foram identificados inicialmente quatro documentos de coalizões multissetoriais com posicionamentos e recomendações para a transição para uma economia de baixo carbono e a manutenção da floresta em pé, três dos quais foram apresentados na COP26.

O objetivo deste trabalho foi mapear coalizões multissetoriais e seus posicionamentos que estariam na COP26, identificar as convergências entre eles e consolidar e dar visibilidade aos posicionamentos dos membros do Fórum. Os quatro documentos inicialmente analisados incluem a revisão da *Visão 2050* do CBEDS; *Recomendações para a COP26* da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; *Uma Agenda pelo Desenvolvimento Sustentável da Amazônia* da Concertação pela Amazônia; e *Clima e Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030*, do Instituto Talanoa.

Uma estratégia importante do Fórum Amazônia Sustentável é o engajamento e fortalecimento dos povos e comunidades Amazônidas e suas posições, atividades e iniciativas e da sua participação nas e contribuições para os encontros multissetoriais do Fórum.

Para o segundo e terceiro encontro multissetorial do Fórum, foi organizada uma reunião com os povos e comunidades Amazônidas. Na reunião que precedeu o terceiro encontro multissetorial, foi elaborado o documento *O que o mundo precisa escutar dos povos e comunidades Amazônidas participantes do Fórum Amazônia Sustentável* sobre seu posicionamento para a COP26. Neste processo de escuta, foram incluídos mais dois documentos importantes no mapeamento: *A Carta do Encontro de Saberes: Amazônia e Mudanças Climáticas*, organizado pelo Foro Social Panamazônico em outubro de 2021; e a *Carta da Amazônia 2021: Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras reunidos no Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade*, organizado pelo CNS e COIAB, também em outubro de 2021.

Mapeamento de convergências entre posicionamentos de coalizões multissetoriais para COP26

A partir dos eixos usados na organização do mapeamento das iniciativas, intervenções e compromissos públicos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia em 2020 e dos eixos usados nos documentos analisados para a COP26 em 2021, foram considerados 12 eixos para organizar o mapeamento de convergências dos posicionamentos e recomendações para a COP26, são eles:

- 1. Uso da Terra, mudança de solo, restauração, conservação da biodiversidade;**
- 2. Ordenamento territorial e regularização fundiária;**
- 3. Estrutura de proteção e fiscalização ambiental, crimes ambientais;**
- 4. Economia da floresta e do Cerrado (bioeconomia, economia verde e sociobiodiversidade, floresta em pé);**
- 5. Desenvolvimento social e econômico de populações Amazônicas (incluindo saúde, bem estar, qualidade de vida e segurança pública);**
- 6. Infraestrutura, logística, saneamento e energia;**
- 7. Instrumentos e incentivos financeiros para mitigação, adaptação e economia de baixo carbono;**
- 8. Impactos ambientais empresariais;**
- 9. Governança;**
- 10. Conhecimento, educação, ciência tecnologia e inovação;**
- 11. Novos paradigmas e modelos de desenvolvimento, economia regenerativa, identidade e valorização da cultura amazônica; e**
- 12. Cooperação e governança internacional.**

O mapeamento abaixo contém os seis documentos consultados, o posicionamento de cada um deles nos eixos considerados, o posicionamento do Fórum Amazônia Sustentável e dos Povos e Comunidades Amazônicas participantes do Fórum Amazônia Sustentável.

Mapeamento de convergências entre posicionamentos de coalizões multissetoriais para COP26



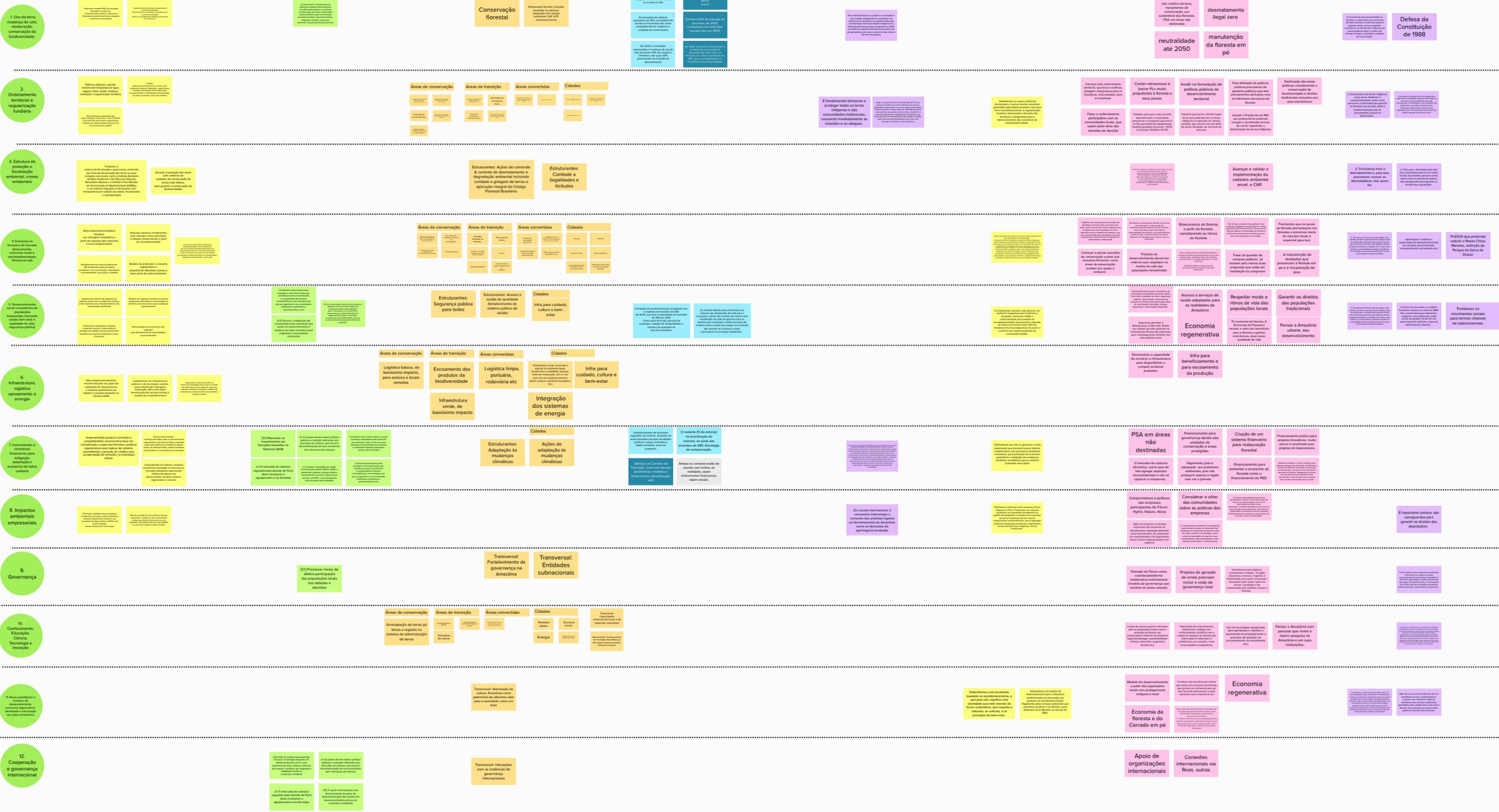
Condição de Rainha e Tropicália



Foro de Trabalho e Trabalho



Reuniões com povos e comunidades Amazônicas



Eixos Temáticos

O painel sobre posicionamentos de coalizões multissetoriais para a COP26, no 3º encontro multissetorial do Fórum em 2021, contou com a participação da Joci Aguiar do Grupo de Trabalho Amazônico para apresentar *O que o mundo precisa escutar dos Povos e Comunidades Amazônicas*; Rachel Biderman da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, para apresentar *as Recomendações para a COP26*; Lívia Pagotto do Instituto Arapyaú para apresentar *Uma Agenda pelo Desenvolvimento Sustentável da Amazônia* da Concertação pela Amazônia; e Marina Caetano do Instituto Talanoa para apresentar *Clima e Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030*.

Os principais pontos de convergência entre os posicionamentos e recomendações destacados pelos palestrantes incluem:

1. Os **processos de construção** dos documentos, posicionamentos e recomendações contaram com processos de escuta, diálogo e construção coletiva com atores dos diversos setores e com representantes dos povos e comunidades indígenas, tradicionais e locais. Existem sinergias entre os documentos pela dinâmica de participação de muitas das mesmas pessoas e organizações na construção dos vários posicionamentos para COP26.
2. Os documentos expressam **um sonho, causa ou visão comum** para um futuro melhor que envolve uma retomada econômica verde e sustentável, a descarbonização, uma transição justa, e radical redução do desmatamento e eliminação do desmatamento ilegal.
3. O Brasil chegará na COP26 de forma robusta com **uma visão da sociedade brasileira e das coalizões multissetoriais muito fortes e muito coordenadas**. Existe um reconhecimento da importância de trabalhar juntos para chegar na COP com mais força.
4. O **reconhecimento da importância do Brasil como um ator chave na agenda climática**. O estabelecimento de uma ambição climática muito baixa pelo país, muito aquém do desejável. Precisa **ter uma ambição maior** e entregar muito mais em termos de redução de GEE e levar à neutralidade, no mais tardar até 2050.
5. A **valorização da floresta em pé, justiça climática e a remuneração daqueles que cuidam das florestas**, para continuar protegendo as florestas de forma efetiva e justa. Os povos que vivem na floresta e/ou dependem de recursos naturais para a sua sobrevivência devem ter seu trabalho reconhecido, seja pela forma de pagamento por serviços ambientais, seja pelo mercado de carbono, subsídios, projetos e/ou investimentos. Deve contribuir para a redução das desigualdades sociais, econômicas, regionais, raciais, étnicas e de gênero, promover qualidade de vida para a população, gerar emprego e combater a pobreza.

6. A importância da **inclusão e valorização das vozes dos povos e comunidades indígenas, tradicionais e locais** na construção de posicionamentos e nas negociações. Elas precisam estar no centro da discussão para trazer para a realidade quem vai ser mais afetado pelas mudanças climáticas. Também é necessário que se respeite e salvaguarde os direitos dos povos da floresta e que se proteja os povos Amazônicos dos crimes contra eles.

7. É possível pensar no **desenvolvimento econômico e social e a agenda climática andando junto** e não concorrendo entre si. Não existe distância entre o desenvolvimento e a descarbonização do país. Quando olha para a agenda climática, não pode esquecer que tem o componente social por trás. Existe um estreitamento entre clima e desenvolvimento, não só de propostas e proposições mas também nas falas e narrativas.

8. As **eleições de 2022** têm uma importância muito relevante para o futuro do país. Essas iniciativas e trabalhos não devem acabar na COP26, mas devem incidir nas eleições e nas narrativas brasileiras. Todas as energias terão que estar focadas para mudar o rumo no ano que vem.

Posicionamento do Fórum Amazônia Sustentável em suas três frentes de atuação

A partir dos trabalhos realizados nos encontros multissetoriais realizados em 2020 e 2021, foi elaborado o posicionamento do Fórum Amazônia Sustentável em suas três frentes de atuação.

I. Incidir em políticas públicas com pautas propositivas para o desenvolvimento da economia da floresta como o PL da Economia da Floresta e programa de compras públicas de produtos da floresta e apoiar ações de advocacy relacionadas aos temas prioritários para a região.

A Economia da Floresta é secular e, além dos benefícios para a floresta e ganhos econômicos, deve trazer qualidade de vida a seus habitantes. A incidência em políticas públicas está focada nas propostas legislativas para fortalecer a matriz econômica da Floresta em Pé e das populações, sumarizada em alguns pontos principais: conter retrocessos e barrar PLs muito prejudiciais à floresta e seus povos; incidir na formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, da economia da floresta e do Cerrado, e de garantia dos direitos das populações tradicionais, bem como de sua segurança alimentar; e apoiar a formalização da economia da floresta, da economia extrativa e das compras públicas que favoreçam os produtos e serviços oriundos da floresta em pé e das populações que dela sobrevivem para que esse mercado possa se consolidar.

Especificamente atuar nos seguintes projetos de lei referentes a:

- **PL economia da floresta;**
- **Fortalecer os usos coletivos da terra, estabelecer usos e políticas para áreas não destinadas, os mecanismos de conservação, o uso sustentável das florestas como PSA-Modalidade Floresta + Bioeconomia, no Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e o Plano de Recuperação Verde, do Consórcio dos Governadores pelo Clima;**
- **Fortalecer políticas e instrumentos de desenvolvimento de negócios, educação, infraestrutura;**

- **Trabalhar para que o setor privado pressione o Congresso para barrar os PLs que tratam da regularização fundiária (grilagem de terras): PL510 no Senado, PL2633 e PL1710;**
- **Trabalhar para barrar o PL191, Projeto de Lei que pretende abrir as terras indígenas a exploração de minério, petróleo, gás natural e de uma série de outras atividades de interesse de terceiros;**
- **Impedir o Projeto de Lei 490, que praticamente pretende revogar a constituição através de um PL impedindo a demarcação de terras indígenas; e**
- **O Licenciamento Ambiental pode ser aperfeiçoado por complementação em torno do aperfeiçoamento das normas, e não de uma lei geral. Aperfeiçoar no âmbito da gestão do processo, na padronização de procedimentos, diminuição da subjetividade na tomada de decisão, alteração dos fluxos internos, aprimoramento dos mecanismos de consulta, controle e participação.**

Como forma de incidência e pressão para definição de políticas públicas é preciso: unir forças com os gestores públicos que sejam alinhados com os interesses dos povos da floresta; trazer os governos para a discussão; considerar o exemplo da política de desenvolvimento rural da EU; desenvolver arranjos locais, estratégias locais, nos territórios, nos quais o poder público assume o risco; trabalhar para que o setor privado, especialmente, pressione o Congresso para barrar o PLs prejudiciais à floresta e suas populações.

II. Atuar estrategicamente para fortalecer a economia da floresta contribuindo para o fortalecimento da sua sociobiodiversidade e das atividades produtivas das populações que mantêm a floresta em pé.

Entende-se a economia da floresta como forma de preservação e conservação da sociobiodiversidade aliada ao desenvolvimento local sustentável, a partir das próprias potencialidades do território e da valorização dos modos de vida e reconhecimento dos povos originários e tradicionais, suas culturas, ritmos e produções. Desenvolver a bioeconomia da floresta significa partir da floresta, considerando seus ritmos e os conhecimentos e experiências acumuladas dos povos que secularmente a praticam; buscar formas de desenvolver iniciativas de impacto e processos de aceleração para as cadeias da sociobiodiversidade; fornecer e/ou fortalecer canais de sustentação para uma economia da floresta; e colaborar para uma economia mais inclusiva, desde os mecanismos financeiros

até as relações de modo geral. Como caminhos para o desenvolvimento da economia da floresta e construção de recomendações para definição de políticas e programas de empreendimentos comunitários, o Fórum propõe uma análise das experiências de sucesso em curso à luz de alguns critérios básicos como conexões com agendas e políticas multissetoriais; desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade; negócios de impacto e o acesso a mercados; e desenvolvimento territorial:

- **Projetos de geração de renda precisam incluir a visão de governança local que fortaleçam o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais Amazônicas;**
- **Valorização de conhecimentos tradicionais e diálogo com conhecimentos científicos com a criação de espaços de interlocução entre saberes tradicionais e acadêmicos;**
- **Valorização dos conhecimentos e pesquisas realizadas e geradas nas instituições de ensino e pesquisa da Amazônia nos espaços de formulação teórica, prática e de ensino refletindo no conjunto de cursos oferecidos para as prioridades regionais como antropologia, ciências ambientais, biologia, engenharia florestal, agroecologia e afins;**
- **Acesso a serviços de saúde adaptados para as realidades da Amazônia;**
- **Fortalecimento das institucionalidades para o cumprimento das legislações ambientais e de direitos: o sistema de fiscalização e governança ambiental por meio da estruturação das áreas às quais compete essa tarefa, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e um sistema integrado e informações com transparência em relação aos dados, favorecendo a rastreabilidade e outras tecnologias de monitoramento e governança local;**
- **Construção da infraestrutura para beneficiamento, escoamento da produção, comercialização e para comunicação; e**
- **Financiamento público para projetos inovadores de bioeconomia.**

III. Contribuir para a formulação e mobilização em torno de um posicionamento comum para a COP26 que apoia a implementação da NDC, a transição para uma economia de baixo carbono, e a manutenção da floresta em pé junto a governos e populações locais da Amazônia em parceria com atores estratégicos.

É possível descarbonizar o Brasil construindo uma base para cooperação e ação sinérgica para superação das barreiras e alavancagem do desenvolvimento da região baseada na economia da floresta, de baixo carbono e regenerativa, trazendo a perspectiva dos povos e comunidades Amazônicas, em especial os que habitam na floresta e vivem da floresta e do cerrado amazônicos. A descarbonização precisa considerar uma transição justa, que inclui as pessoas e a realidade de quem vai ser mais afetado pelas mudanças climáticas.

É preciso começar pelo ordenamento territorial, diminuindo a violência, a grilagem, e a insegurança para os indivíduos, comunidades e empresas, um ordenamento que seja participativo com as comunidades locais Amazônicas como parte ativa das tomadas de decisão, o avanço e validação da implementação do cadastro ambiental rural, o CAR, e somadas à destinação das áreas públicas, considerando a conservação da biodiversidade e direitos tradicionais somados aos usos econômicos.

O desenvolvimento da economia da floresta passa pela manutenção e desenvolvimento de atividades que preservam a floresta em pé e a recuperação de áreas, e a viabilização de uma transição de atividades exploratórias que estão sendo incentivadas para novos modelos, como os negócios de impacto, que nascem já com a proposta de regeneração e restauração sejam eles empreendidos por populações locais ou empresas.

É muito importante que o Estado retome políticas de comando e controle para coibir e reduzir a exploração ilegal e predatória da floresta voltando a adotar medidas severas no combate ao desmatamento como a destruição de equipamentos pesados usados em desmatamento ilegal, e o combate ao desmatamento baseado nas seis medidas para a queda rápida do desmatamento, da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

O setor privado, além de minimizar os impactos ambientais, via atendimento à legislação ambiental como licenciamento, deve ter protocolos de relacionamento com populações locais e pode incluir impacto positivo nos negócios.

Projetos de economia da floresta e de bioeconomia devem considerar e incluir oferta de infraestrutura e serviços de saneamento, educação, energia, segurança e comunicação integrados aos projetos e programas.

Um conjunto expressivo de medidas referem-se ainda a instrumentos e incentivos financeiros para mitigação, adaptação e economia de baixo carbono:

- **Fim dos subsídios para algumas matrizes que não estão contribuindo para a economia da floresta;**
- **Aperfeiçoamento da tributação referente ao ICMS para estimular a produção e comercialização e compra local, deixando o benefício no território e região;**
- **Desenvolvimento de um mercado de carbono afirmativo, que de fato agregue aspectos socioambientais para além da captura e compensação;**
- **Financiamento para aumentar a economia da floresta como o financiamento de P&D, financiamento para governança dentro das unidades de conservação e áreas protegidas;**
- **Pagamento justo e adequado aos protetores ambientais, pois não protegem apenas a região mas sim o planeta;**
- **E a criação de um sistema/mecanismos financeiros para a restauração florestal.**

O que o mundo precisa escutar dos Povos e Comunidades Amazônicas participantes do Fórum Amazônia Sustentável

O recado que os povos e comunidades Amazônicas querem dar para o mundo, apresentado por Joci Aguiar, do Grupo de Trabalho Amazônico durante o 3o Encontro Multissetorial do Fórum em 2021, que também foi apresentado no painel no Brazil Climate Action Hub, em 11 de novembro na COP 26:

Dia 27 de outubro de 2021

1. **A floresta é um bem comum de todos**, não é só das populações locais, precisamos nos desenvolver de forma sustentável e não apenas como um serviço prestado para a humanidade. A Amazônia precisa preservar, mas os outros países, principalmente os do norte global precisam se comprometer também, parar de emitir carbono, pois não temos mais previsões precisas sobre o aquecimento global, não temos garantia sobre o futuro, precisamos dizer ao mundo que eles cumpram a parte deles.
2. **Precisamos frear o desmatamento** e, para isso, precisamos nomear os desmatadores, citar quem faz. Bem como, para que o desmatamento seja zero, precisamos pensar em outras formas das famílias gerarem renda, assim como é importante lembrar das salvaguardas para garantir os direitos das populações.
3. **Demarcação das terras indígenas**, como cerne. Reafirmar o comprometimento, assim como denunciar é primordial para garantir as florestas em pé, bem como é fundamental para que as comunidades possam se desenvolver.
4. **Garantir as Unidades de Conservação** (que estão sendo ameaçadas), garante as florestas em pé, assim como as atividades que elas desenvolvem, na subsistência, com produtos não madeireiros, consolida a floresta em pé. Precisamos olhar também para o marco regulatório, que rumo queremos tomar, pois isso também garante as florestas em pé.

5. **Tem gente na Floresta**, até nos lugares mais isolados, portanto, para discutirmos qualquer tipo de projeto para a Amazônia precisamos repetir que tem gente na floresta, não podemos discutir programas, políticas ou projetos sem incluir essas pessoas, os formuladores precisam convidar as comunidades locais para processos de escuta na formação de políticas públicas.

6. **A presença dos povos protege as florestas**, a experiência dos povos das florestas resultou em diversas políticas públicas atuais, como os agentes voluntários, os movimentos históricos de preservação de lagos, a política de manejo de lagos, as próprias unidades de conservação.

7. **Aproximar a comunicação**, pois os debates de mudanças climáticas são distantes da realidade sobre nossas regiões, dar só protocolos para as pessoas não é o suficiente, precisa comunicar de maneira apropriada. O debate entre o internacional e o local quando são afastados, não ganham aderência. A construção de cima para baixo faz com que as narrativas e decisões pareçam ser contra os modos de vida tradicionais. As preocupações locais, fazem com que esses espaços internacionais sejam relevantes apenas para as classes política, acadêmica e empresarial.

8. **Parem de nos matar**, os conflitos fundiários voltaram aos níveis de 1980/90 e muitas lideranças tradicionais, indígenas, novas lideranças estão sendo ameaçadas. Parem de nos matar enquanto mulheres, enquanto defensoras da natureza.

9. **Ano eleitoral**, há um desmonte sendo feito neste governo, estamos vivendo consequências de um período catastrófico e, não temos mais tempo a perder, precisamos agir agora. Precisamos assim, nos preocupar com 2022, que tipo de gestão e de política pública queremos, quais diretrizes queremos.

Considerações Finais

Este documento teve seu lançamento no Brazil Climate Action Hub, em 11 de novembro no evento *Organização em rede para a Ação Climática*, que teve como objetivo introduzir movimentos baseados em diálogos e colaborações multissetoriais que constroem agendas comuns entre os diversos atores que compõem a sociedade brasileira. O evento contou com a participação de representantes da Conferência Brasileira de Mudança do Clima: Instituto Ethos, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Instituto Clima e Sociedade, e Centro Brasil no Clima e do Fórum Amazônia Sustentável: Instituto Ethos, The Nature Conservancy, e Grupo de Trabalho Amazônico.

O Fórum Amazônia Sustentável está dando seguimento após a COP26 como plataforma de diálogo e colaboração intersetorial e multisetorial para continuar conectando, catalisando e propagando iniciativas, soluções, propostas e narrativas para uma Amazônia justa e sustentável; colaborar em torno de uma agenda comum para a Amazônia; incidir em políticas públicas com pautas propositivas para o desenvolvimento justo e sustentável da Amazônia; fortalecer a economia da floresta e da sua sociobiodiversidade; e apoiar a implementação da NDC e a transição para uma economia de baixo carbono com a manutenção da floresta em pé e proteção e garantia dos direitos dos povos e comunidades Amazônicas, indígenas e tradicionais.

EXPEDIENTE

Realização: Fórum Amazônia Sustentável

Coordenação: Instituto Ethos e Reos Partners

Edição e revisão: Brenda Kauane, Christel Scholten, Flavia Resende, José Mattos, Karen Oliveira, Lucas Matarazzo, Lucilene Danciguer e Marina Esteves

Diagramação: Maria Vitória Batista de Souza Silvia e Ramona Ferri Palomo Garcia

ANEXO I

Documentos usados para o mapeamento em 2020

- [Cinco medidas emergenciais para combater a crise do desmatamento na Amazônia](#) - APIB mais 60 Organizações
- [Dez princípios empresariais para uma Amazônia sustentável](#) - Amazônia Possível, Coalizão, CBEDS, Arapyáú, Ethos, Pacto, e Sistema B
- [Comunicado do setor empresarial brasileiro](#) - CBEDS, Pacto Global e mais 70 empresas
- [Seis medidas para a queda rápida do desmatamento](#) - Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.
- [Dez medidas prioritárias voltadas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia](#) - Santander, Itaú Unibanco, Bradesco
- [Carta dos empresários aos Governadores da Amazônia Legal](#) - Marfrig, Vale, Agropalma, Natura, Alcoa, Hydro, ABAG e outras empresas
- [Carta de compromisso dos Governadores pelo Clima](#) - Governadores dos estados de Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo
- [Carta dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente Pelo Clima](#) - ABEMA

Documentos usados para o mapeamento em 2021

- [Visão 2050](#) - CEBDS
- [Recomendações para a COP 26](#) - Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura
- [Uma Agenda pelo Desenvolvimento da Amazônia](#) - Uma Concertação pela Amazônia
- [Clima e Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030](#) - Instituto Talanoa
- [Carta Encontro de Saberes-Amazônia e Mudanças Climáticas](#) - Foro Social Panamazônico
- [Carta da Amazônia 2021: Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras reunidos no Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade](#) - CNS, COIAB, CONAQ, MIQCB, COICA, ANA Amazônia e CONFREM